

A.S.B.P.C. e o desenvolvimento auto-sustentável

Reinaldo Imbrozio *

Entre 09 e 14/07/95 participei do maior encontro em ciência da América do Sul: a 47ª Reunião Anual da S.B.P.C. (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), realizada em São Luz (MA). O tema deste ano foi apropriado ao momento de reformulação de conceitos a que o país vem atravessando nos últimos tempos. "CIÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTÁVEL" foi escolhido propositalmente para estimular as controvérsias e cobrar uma posição dos tomadores de decisão no país para uma reinterpretação da forma de planejar o desenvolvimento regional, principalmente aquela que diz respeito à Amazônia.

Palestras e mesas-redondas iniciaram uma salutar (re)introdução ao desenvolvimento auto-sustentável, abordando questões vitais como: sustentável para quantos, por quanto tempo e, servindo aos interesses de quem? Mais ainda, conectando o desenvolvimento à capacidade de suporte humano (número máximo de pessoas sustentáveis indefinidamente em um dado ambiente), onde as componentes sociais, econômicas e ambientais estivessem satisfatoriamente contempladas (padrão de vida aceitável).

Os debates me chamaram a atenção pela unanimidade entre os cientistas que ainda têm sérias dúvidas de como efetivar a teoria do desenvolvimento auto-sustentável com sua prática. Tentativas do modelo foram exemplificadas em nossa região como a Reserva Extrativista do Aro Jurua no Acre e a Estação Ecológica Mamirauá e o Parque Nacional do Jaú, ambos no Amazonas. Nestes, as componentes sociais (manutenção do homem em seu habitat e cultura) e ambientais (impactos aceitáveis para os limites de utilização dos recursos) estão sendo contempladas graças ao sério trabalho de pesquisa realizado junto às comunidades locais. Entretanto, quando analisada a economia do sistema, há sempre uma fuga para o que representaria o não-desejável dentro da teoria geral: Esta parte ser a "deixa" para o repensar da auto-sustentabilidade que a S.B.P.C. se propõe. Será que se estabilizadas as componentes sociais e ambientais do grupo, há necessidade de se dar maior peso à componente econômica? Satisfeitas as necessidades primárias, a economia (como a conhecemos) deve ser o fator de negativa de todo processo? Os pré-conhecimentos das populações locais tradicionais, de importância para os planos de sustentabilidade, devem se colocar abaixo das atuais formas econômicas de transformação dos recursos naturais? Assim, estas questões passaram a tomar maior vulto na S.B.P.C.

Bom, mas se os cientistas ainda estão em dúvida de como proceder na

prática para desenvolver de modo sustentado e, se possível, os apenas algumas poucas tentativas, como entender que planejadores regionais, políticos e até leigos estejam tão enganados na apresentação de medidas para solucionar problemas de cunho ambiental. Talvez a resposta seja mais complicada do que parece e deva merecer uma outra abordagem mas, a princípio, a discussão destas medidas deve ser considerada saudável, inclusive para reanimar o debate e a formulação de novas propostas. Isto faz parte do jogo democrático ao qual vivenciamos e cobramos para tê-lo de volta. É bem verdade que há uma deficiência entre os tomadores de decisões do setor ambiental no que se refere à qualificação e experiência na área, requisitos básicos para visualizar/elucidar os problemas. Isto dificulta tremendamente a apresentação de propostas. Razões à parte, o certo é que há necessidades e extinguiu as dificuldades de ligação dos conceitos fundamentais à prática. A definição de desenvolvimento

não conseguissem mais ser fornecidos (queda no padrão de vida).

A aplicação deste modelo em Roraima foi o mesmo apresentado para a Amazônia na década de 1970, quando houve ênfase em introduzir população, via migração, para promover o desenvolvimento da região. Esta afirmação pode ser decifrada no sentido primário de desafogar regiões com grandes pressões fundiárias como o Nordeste e o Sudeste, literalmente descarregando as cargas humanas nos mais diferentes sistemas da Amazônia. O resultado foi a não contenção das crises fundiárias de outras regiões e nem o desenvolvimento da Amazônia. O que ocorreu foi apenas a transferência da pobreza destas "regiões-problemas" para os estados amazônicos, criando sérias dificuldades ambientais (desmatamento, poluição de rios, etc) e sócio-econômicas (bolsões de miséria nas cidades). Além disto, o desprestígio e a desvalorização das populações tradicionais como índios, ribeirinhos e seringueiros, provocaram (vem provocando) disputas pela posse e uso da terra sem precedentes na região.

Talvez o que a S.B.P.C. quisesse despertar na sociedade fosse o problema de estarmos falando de forma tortuosa (do tipo ouvi dizer) de algo que não temos ainda um conhecimento aprofundado. Além disto, a comunidade científica mostrou coerência ao apontar que os valores econômicos na relação de desenvolvimento e sustentabilidade, podem estar recebendo um peso excessivamente alto dentro do tripé de apoio do modelo.

Componentes possivelmente com maior nível de importância (social e ambiental) devem merecer atenção nas experiências futuras, onde se buscará um equilíbrio entre as três forças. Talvez o objetivo básico seja atingir a "dignidade do

viver", sem que seja necessário o fortalecimento exagerado da "moeda". Roraima não pode se voltar para a contra-mão do tempo e deve abrir suas portas para uma reformulação de conceitos e tomadas de decisão. A primeira delas, sem dúvida, é tentar frear a taxa de crescimento populacional do estado que, mesmo aplicada em uma série de reduções anuais ao observado na década passada, deverá fazer com que Roraima atinja cerca de 1.000.000 de pessoas em pouco mais de 30 anos. Não há governo ou economia regional que consigam manter os níveis básicos de qualidade de vida nestes patamares de pressão e, muito menos, por um longo período de tempo, condição imprescindível para a auto-sustentabilidade.

"No exemplo de Roraima, podemos fazer um gancho no tropeço que o estado deu no mais alto degrau de sua escala de desenvolvimento, ao permitir que fracas políticas para o setor à partir de 1988, dessem maior ênfase ao excesso de migração"

auto-sustentável deve se encaixar em uma visão global, envolvendo os "processos" que o levam a ser realmente auto-sustentado.

No exemplo específico de Roraima, podemos fazer um gancho no tropeço que o estado deu no mais alto degrau de sua escala de desenvolvimento, ao permitir que fracas políticas para o setor à partir de 1988, dessem ênfase ao excesso de migração. Isto simplesmente deslocou Roraima para o extremo oposto do que se esperaria de um modelo econômico de auto-sustentação. É verdade que provavelmente o estado deve ter crescido economicamente em relação ao último censo do IBGE. Entretanto, os outros dois apoios do desenvolvimento (social e ambiental) caíram em um abismo onde a única salvação era uma andorinha voando, muito fraca para interceder na queda. A capacidade de suporte humano ultrapassou seus limites e fez com que os serviços básicos primários (comer, vestir, morar, etc)

* Reinaldo Imbrozio Barbosa é mestre em Ecologia e pesquisador - INPA/RR.